

Heterossexualidades E Suas Interfaces LGBTfóbicas na Universidade

RESUMO

A heteronormatividade e a LGBTfobia são fenômenos cujos efeitos estão inter-relacionados e ambos podem servir como dispositivos de manutenção de determinados sistemas político-afetivos. A performatividade dos corpos que transitam por determinados locais pode ser tanto dispositivo, quanto efeito dos processos de subjetivação que buscam corroborar ou questionar a ocupação política desses espaços. A partir de uma pesquisa de campo que investigou a visibilidade das vidas LGBT e possíveis violências contra estas no ambiente universitário, buscou-se problematizar as relações entre a heteronormatividade e a LGBTfobia. Os resultados apontam para o fenômeno do não-reconhecimento enquanto violência de algumas práticas LGBTfóbicas mais sutis e veladas, como as piadas e comentários de desqualificação, demonstrando um processo de naturalização de tais práticas. Problematizam-se como os dispositivos de heteronormatividade agenciam os fenômenos apontados e o papel da universidade enquanto território de subjetivação.

PALAVRAS-CHAVE: Heterossexualidade. Universidade. Masculinidades. LGBTfobia. Dispositivo da sexualidade.

Danielle Jardim Barreto

E-mail: danibarreto@prof.unipar.br
Universidade Paranaense,
Umuarama, Paraná, Brasil

Mauricio Kölln Genero

E-mail: kolln.mauricio@gmail.com
Universidade Paranaense,
Umuarama, Paraná, Brasil

Gilberto Alves

E-mail: gilberto.alimentos@prof.unipar.br
Universidade Paranaense,
Umuarama, Paraná, Brasil

Claudio Leão de Almeida Junior

E-mail: juniorleao2@hotmail.com
Universidade Paranaense,
Umuarama, Paraná, Brasil

INTRODUÇÃO

O ambiente universitário é um espaço político. Sua ocupação não obstante a pretensão de ser um território democrático é profundamente marcada por jogos de saberes e poderes, podendo mesmo ser considerado um paradigma do acesso a determinadas formas de saberes, bem como da constituição de redes de troca subjetiva e distribuição de funções sociais (NARDI et al, 2013). As universidades não são apenas o espaço da razão e das ciências, mas também um espaço de subjetivação. Sendo tais estabelecimentos institucionais assentados sobre bases histórico-culturais profundas e tradicionais, pode-se questionar: quais são os agenciamentos subjetivos possíveis na universidade, se não as identitárias controláveis e docilizadas? É possível o trânsito de singularidades nestes territórios tão massificados?

Através do desenvolvimento e aplicação *in loco* de um questionário piloto anônimo destinado aos alunos integrantes de turmas anteriormente selecionadas de uma instituição privada, foram coletados dados em 2018 (pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, protocolo número 74185517.4.0000.0109 e financiada pelo CNPQ), e objetivou-se neste trabalho identificar como se dão as relações dentro do ambiente acadêmico em relação às vidas LGBTs¹, bem como o fenômeno da LGBTfobia nesse contexto. O campo de pesquisa foi uma instituição de ensino superior privada que tem como público-alvo a população das cidades da microrregião do noroeste do Paraná. Esta localidade conta com uma população majoritariamente católica (73%), cuja média salarial é de 2,2 salários mínimos mensais (IBGE, 2019). A partir do levantamento de dados coletivo, elegeu-se a parcela de respondentes autodeclarada heterossexual² a fim de analisar a percepção desta sobre seus sentimentos com as pessoas LGBT e sobre a LGBTfobia.

Problematizam-se, ainda, os dispositivos que agem dentro da universidade enquanto território de subjetivação e ferramenta política, em relação a seu papel historicamente estabelecido e a emergência de subjetividades não heteronormativas em seu interior.

CONCEITUAÇÃO

Michel Foucault (1988) aponta que a sexualidade é um dispositivo de subjetivação, constituindo-se, assim, como efeito e agenciador do poder e das relações de saber sobre o corpo e suas possíveis expressões. Enquanto dispositivo, a sexualidade foi constituindo-se de variados discursos que produzem saberes e normas que disputam espaços e constituem-se como verdade, podendo permanecer difusos, múltiplos e impessoais, permitindo assim pluralizar o sentido e o conceito de sexualidade, para as sexualidades (FOUCAULT, 1996b).

Quando as sexualidades enquanto dispositivos de subjetivação são apresentadas, problematiza-se o cenário no qual, em menos de 20 anos, a massificação dos meios de comunicação virtual, a capitalização dos prazeres via medicamentos para (im)potências sexuais, a pornografia doméstica higienista e procriativa e a manutenção e refinamento da produção das estéticas corporais via intervenções cirúrgicas, têm produzido o que Paul B. Preciado (2013, p. 35, tradução nossa) nomeia de *La era Farmacopornográfica*:

A sociedade contemporânea é habitada por subjetividades pornográficas tóxicas: subjetividades definidas pela (s) substância (s) que dominam seu metabolismo, pelas próteses cibernéticas e vários tipos de desejos farmacopornográficos que alimentam as ações do sujeito e através dos quais eles se transformam em agentes. Então, falaremos de sujeitos do Prozac, de maconha, de cocaína, de álcool, de ritalina, de cortisona, de silicone, de heterovaginal, de dupla penetração, de Viagra, de sujeitos \$...

Os modos de subjetivação capitalísticos são produzidos para consumir compulsivamente tudo o que pode ser significado como identitário, como passível de reconhecimento, de pertencimento. Félix Guattari e Suely Rolnik (2005) defendem a produção de subjetivação num plano globalizado, massificado e desarticulado dos conceitos de cultura, ideologia ou utopia, pois os territórios de subjetivação são produzidos por elementos reais, materiais, semióticos, e não de representações ou de virtualidades como ideias.

Os territórios de subjetivação capitalísticos, e aqui podemos afirmar que a universidade é entendida como um destes territórios, produzem muita massa individualizada-capturada e pouquíssimas singularidades em resistências-dissidências, vindo a se constituírem como engrenagens do mercado global de invenção e reprodução dos sujeitos, orientados por discursos que regem uma lógica de *sexdesign*, ou seja, a modulação do desejo (PRECIADO, 2013).

Os efeitos desse modelo de fabricação nos modos de existir são os experimentados na atualidade, qual seja, muita gente é levada a pensar que a normalidade (unicamente desejável) é a vida branca, burguesa, monogâmica e heterossexual em detrimento de poucas pessoas que se inventam e respeitam outras vidas em resistência à dita normalidade, como visto em Guattari e Rolnik (2005):

A ordem capitalística produz os modos das relações humanas até em suas representações inconscientes: os modos como se trabalha, como se é ensinado, como se ama, como se transa, como se fala, e não para por aí. Ela fabrica a relação com a produção, com a natureza, com os fatos, com o movimento, com o corpo, com a alimentação, com o presente, com o passado e com o futuro – em suma, ela fabrica a relação do homem com o mundo e consigo mesmo. Aceitamos tudo isso porque partimos do pressuposto de que esta é “a” ordem do mundo, ordem que não pode ser tocada sem que se comprometa a própria ideia de vida social organizada (GUATTARI & ROLNIK, 2005, p. 51).

A segmentarização da vida está em todos os lugares e se esparrama rizomaticamente por todos os lados, mas este território de subjetivação duro – as universidades – encampam, absorvem e emanam outras possibilidades de comporem-se ora em fluxos ora em linhas, fluxos desejantes que variam dos modos reconhecíveis e capitalísticos de viver, ora em outros modos que não são capturados em identidades, nomes ou qualquer outra classificação.

Há um crescente movimento para a visibilidade e emancipação das pessoas que até então viviam “protegidas” em guetos e em segredo, ou como voga a linguagem marginal, presas em armários – territórios seguros para a manutenção das relações capitalísticas heteronormatizadas e segmentadas. Os discursos que compõem as linhas molares dos binarismos expressos nos corpos e nas vidas, ainda

são produzidos intensamente nos territórios autorizados da subjetivação contemporânea normatizada, porém, como já antecipavam Gilles Deleuze & Félix Guattari (1996): “[...] o sistema duro não detém o outro: o fluxo continua sob a linha, perpetuamente mutante, enquanto a linha totaliza”. (p. 101).

Os planos de imanência das linhas de subjetivação e singularização compõem-se em tempos e espaços transitórios, agenciando-se com vários marcadores subjetivos. Os cenários de enunciações discursivas, que agenciam os modos de subjetivação e de singularização na atualidade, são nomeados de trans contemporaneidade, definidos por Rosi Braidotti (2009, p. 20) da seguinte forma:

O termo “transposições” tem uma dupla fonte de inspiração: a da música e a da genética. Indica uma transferência intertextual que atravessa fronteiras, transversalmente, no sentido de um salto de um código, um campo ou um eixo para outro, não apenas no modo quantitativo de multiplicações plurais, mas, no sentido qualitativo de multiplicidades complexas. Não se trata apenas de tecer diferentes fios, variações de um tema (textual ou musical), mas também interpretar com mais precisão a positividade da diferença como um tema específico em si. No campo musical, a transposição indica as variações e mudanças de escala dentro de um esquema descontínuo, mas harmonioso. Isso cria uma espécie de espaço intermediário em zigzag e cruzamento: não linear, mas não caótico; nômade e ainda responsável e comprometido; criativo, mas também cognitivamente válido; discursiva e também materialmente incorporada no todo: é coerente sem cair na racionalidade instrumental.

Esse trânsito agencia a produção de modos de subjetivação que em sua materialidade bagunçam as lógicas inteligíveis de agenciamentos identitários autorizados pelas normas instituídas, enunciando assim corpos ditos abjetos. Esses outros corpos são invisíveis no ensino superior, sendo possível afirmar que esta seja a razão pela qual práticas LGBTfóbicas acabam, por vezes, não sendo percebidas como discriminatórias. Marina Castañeda (2006) aponta que o machismo e a homofobia se revelam a partir de atitudes naturalizadas e baseadas em preconceitos sobre os significados de como devemos performar como homens ou mulheres.

A invisibilidade destes citados outros corpos se dá a partir dos significados sobre os quais as performatizações de homens e mulheres são baseadas na polarização e no dualismo que perpassam os pressupostos de boa parte das chamadas ciências naturais, o que acaba por servir de justificativa e naturalização de hegemônicas formas de subjetividade, comportamentos e identidades, estabelecendo assim relações de desigualdade, opressão e supressão das identidades não inteligíveis. Compreende-se, segundo Daniel Welzer-Lang (2001), que o machismo não se dá apenas na dominação dos homens em relação às mulheres, mas também no estabelecimento de relações baseadas na manipulação de poder e na valorização de certas formas de vida em detrimento de outras, a partir do estabelecimento de papéis e da naturalização da desigualdade.

Esta valoração do conceito de homem/masculino – sob o viés que se entende quando se fala em modos de subjetivação hegemônicos – e a necessidade de

dissociação deste conceito de tudo que possa pertencer ao “mundo das mulheres” se dá a partir da noção da diferença e da binaridade.

A ontologia binária das sanções normalizadoras, mais uma vez fortalece a vida em OU, qual seja, somos bons ou maus, somos homens ou mulheres, somos inteligentes ou inaptos, e assim infinitamente ou somos isso ou aquilo. Através do fortalecimento da produção de saberes binários que validam e transformam as sanções em leis, o que era uma das possibilidades de transitar nos espaços relacionais disciplinares, do campo do viver, passa a se tornar as leis do COMO se deve viver nos espaços sociais e privados, como a universidade.

O instrumento de validação das binaridades, das verdades sobre as vidas e os modos de viver que se tornaram públicos e publicáveis a partir da sociedade disciplinar é o exame em suas diferentes facetas.

A força de veracidade sobre a sua idoneidade e necessidade é tamanha, que até hoje, em pleno século XXI, ainda vigoram os modelos clássicos de averiguação, mensuração, classificação e validação de hipóteses diagnósticas e/ou interventivas por meio de variados modelos de exames – ou avaliações.

Os sujeitos são subjetivados a fim de serem avaliados, constantemente, até que os que estão avaliando encontrem as respostas procuradas. E ao final de cada exame tem-se os resultados que os classificam, diagnosticam, comparam, hierarquizam, normalizam ou anormalizam; afinal, os subjetivam mais uma vez.

Através dos ritos e espaços destinados à preservação do conceito de masculinidade, criam-se valores morais, expectativas e códigos, que são o “*modus operandi*” do que é agir como homem, criadas num intenso mimetismo, ou seja, através da reprodução de modos de subjetivação que buscam inserir o sujeito numa lógica de comportamento preestabelecida em conformidade aos emblemas da masculinidade e da heterossexualidade historicamente construídos e tomados como absolutos (WELZER-LANG, 2001).

Tal pensamento aproxima-se do conceito de performatividade de Judith Butler (2003) segundo o qual gênero não é substantivo, mas sempre efeito de uma constante reiteração e/ou criação de modos de se fazer identidade dentro de determinadas estruturas políticas – como a própria universidade. Estes processos podem ser facilmente constatados através da observação da expressão identitária presente nos mais diferentes ambientes – inclusive nos espaços universitários –, onde a adoção de formas hegemônicas socialmente estabelecidas de vestuário, comportamento, linguagem, etc., bem como as divisões sociais, as formas de ocupação político-sociais e, conseqüentemente, as relações, negociações e violências, comumente correspondem à lógica estabelecida pelos discursos agenciados pelo dispositivo de sexualidade hegemônica vigente.

Como apontado inicialmente, Preciado (2013) demonstrou que a produção de subjetividades depende de fatores como o controle e distribuição dos códigos de gênero, através da inserção de determinados dispositivos no âmbito micropolítico das vidas, bem como do rígido controle do acesso destes por sujeitos específicos. Além dos dispositivos fármaco e biotecnológicos utilizados como forma de manutenção da diferenciação dos corpos, a performatização do sexo através da pornografia tem se mostrado como poderosa ferramenta de subjetivação, através da repetição de representações de papéis de gênero política e socialmente reguladas. O objetivo disso é a conversão dos corpos e do desejo em informação,

ou seja, (re)criando modos de performance de sexo e gênero, retroalimentando o mecanismo de produção de subjetividades, a fim de geri-las em função da produção de demanda e consumo sobre os quais se assenta o capitalismo.

Tais mecanismos dependem da manutenção da hegemonia da heterossexualidade, e por este motivo se torna tão arriscado para o regime heterossexual a desestabilização das normas sobre as quais se assenta. Claude Faugeron e Phillipe Robert (1978 apud WITTIG, 2006) afirmam que o estabelecimento e controle de uma noção de diferença é um ato político-normativo possível somente a grupos socialmente dominantes, com o objetivo de camuflar conflitos de interesses e ideologias. Os sistemas teóricos sobre os quais tal dominação se apoia surgiram, conforme Monique Wittig (2006), a partir de interpretações generalizadoras que tomam a heterossexualidade como fator a priori e reclamam para si a legitimidade científica a fim de se estabelecer como dogmas. Entretanto, a autora defende que uma vez que tais discursos estão ligados ao campo político e material da linguagem, podem ser analisados e entendidos a partir do método genealógico de Foucault (1988). O referido filósofo nos demonstrou como ao longo do tempo se desenvolveu uma incitação ao se falar do sexo, não livremente, mas segundo normas e discursos preestabelecidos, conforme a moral e racionalidade dominantes.

Danielle J. Barreto (2016) reflete sobre os atravessamentos e efeitos do dispositivo da sexualidade dentro da universidade, e como estes se inserem e desestabilizam a produção dos discursos hegemônicos que perpassam o ambiente acadêmico. Tais questionamentos se fazem pertinentes, sobretudo, ao considerar que o sistema linguístico no qual determinada pessoa se insere reflete em sua identidade e na sua (re)produção discursiva (FOUCAULT, 1996a). Deste modo, a universidade enquanto congregando sua função formativa não somente no campo profissional e científico, mas também nos âmbitos político, relacional, produtora e dispersora de paradigmas e verdades, constitui privilegiado dispositivo de subjetivação. Além disso, atua como ratificadora da legitimidade dos discursos proferidos pelos formados em seus bancos, possui o dever social e ético como promotora do respeito pela diversidade e da formação de profissionais com compromisso pela valorização e defesa da dignidade humana.

Ainda que certas concepções hegemônicas sobre a ordem dos corpos e dos desejos pareçam ter alcançado uma dimensão metafísica, é importante reconhecer que os jogos políticos que as agenciam são processos históricos, da ordem do discurso, em constante processo de renegociação e de recíproca influência com a realidade (FOUCAULT, 1988; WITTIG, 2006).

Foucault (1979) deixa claro que a proliferação de discursos, além de condicionada a validação ou não do agenciador do sujeito que o profere e dos dispositivos que o agenciam, busca produzir – através da geração, legitimação e aparelhamento de poderes que o corroborem, retroalimentando-se – efeito de coerção de outros discursos e saberes que possam gerar efeitos indesejáveis ou possam vir a constituírem-se como desestabilizadores do discurso proferido. Portanto, faz parte de sua natureza a deslegitimação e a captura de quaisquer movimentos contrários ao enquadre discursivo dominante. A sexualidade, como um dos dispositivos mais privilegiados – tanto pelas análises foucaultianas, quanto na vida cotidiana, na grande publicidade, na segmentação de mercados e modos de vida etc. – não escapa a essa lógica. O sexo, portanto, e a busca por formas de

controle e normalização tornaram-se agentes ativos importantes nas estratégias de padronização das vidas (PRECIADO, 2013).

O uso e o controle dos corpos devem ser localizados a partir da análise dos discursos sobre a sexualidade. A captura e o uso político e econômico deste dispositivo corresponde a certos objetivos historicamente localizados e que dirigem enunciados e enunciações a respeito do sexo. O controle acerca do que e onde se diz sobre o sexo propicia o manejo de representações e processos culturais coletivos e particulares sobre o modo de ser e de posicionamento dos sujeitos dentro de determinada ordem social. Desta forma, saber e poder estão intimamente interligados.

Através da negação de certas formas de subjetivação ou do assujeitamento da mulher, priva-se a pessoa de participar dos processos de inteligibilidade cultural. E quando diz-se sobre a negação ou desvalorização e opressão da mulher como um dos efeitos do machismo estrutural, devemos lembrar que tal discriminação é assentada sobre discursos dualistas doutrinários falocêntricos e hegemônicos; logo, toda e qualquer expressão de sexualidade que não se conforme a esta norma torna-se potencialmente perigosa e temível. Os efeitos, em última análise, infelizmente tornam-se reais e personalizados no aumento da violência contra as mulheres e pessoas não cis-heteronormativas. Não obstante, as análises aqui apresentadas pertencem ao campo teórico-discursivo, os afetados são seres humanos reais, pessoas (privadas) de direitos e que padecem na própria pele e além desta as consequências nefastas por simplesmente ser o que podem desejar.

METODOLOGIA

Utilizaram-se dados do instrumento-piloto do projeto de pesquisa “LGBTfobia e re(ve)lações universitárias: construindo um instrumento de pesquisa” (aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, sob protocolo número 74185517.4.0000.0109 e financiada pelo CNPQ), realizada junto ao corpo discente de uma universidade, em 2018. De um total de 671 questionários aplicados aos participantes, foram selecionadas 598 respondidos pelos indivíduos autodeclarados heterossexuais. Os resultados obtidos em algumas questões dos questionários foram submetidos à análise estatística descritiva com cálculos das médias encontradas para cada questão, buscando-se visualizar as relações entre as performatividades heterossexuais e a LGBTfobia no ambiente acadêmico, através da criticidade da análise do discurso.

Foucault (1996a), em sua obra “A ordem do Discurso”, nos apresenta que ao analisarmos os processos estratégicos de produção de verdades, abre-se precedentes para perguntarmos como e para que os discursos são enunciados. A discussão dos dados dessa pesquisa, a partir da análise das respostas a algumas das questões do questionário piloto, se dispôs de dois conjuntos inseparáveis: o conjunto crítico e o conjunto genealógico.

Conforme Barreto (2016), o conjunto crítico visa à desconstrução dos eventos tidos como naturais e normatizados, gerando incômodos e inquietações daquilo que se encontra e se analisa, já o conjunto genealógico atende ao papel do próprio genealogista, o de diferenciar e localizar as funções dos diferentes tipos de discursos. Para a autora, desconstrução diz respeito a um processo de

desterritorialização dos sentidos instituídos, através do questionamento de normas naturalizadas.

RESULTADOS

Para o presente artigo, foram destacadas e quantificadas algumas questões do questionário, conforme segue:

	Eu tenho medo que pais/amigos pensem que eu sou LGBT	Os LGBT são um desvio e devem ser curados, além de ser uma ameaça para a sociedade	Eu não gostaria de ter um colega de turma e nem um professor LGBT	Os LGBT vivem sua sexualidade de maneira aberta, se sentem bem e são aceitos no meio social
DISCORDO	40,67%	76,94%	76,3%	63,97%
INDIFERENTE	52,77%	18,52%	21,87%	23,8%
CONCORDO	6,56%	4,55%	1,83%	12,23%

Questionados se “No ambiente acadêmico você já presenciou situações LGBTfóbicas (violências [...] verbais e não-verbais direcionadas a pessoas que não são heterossexuais”, 23,24% respondeu afirmativamente. Destes, entretanto, apenas 20,43% afirmaram ter relatado o acontecimento para alguém ou algum órgão competente a fim de obter ajuda. Indagados, finalmente, se já foram discriminados por terem amigos ou amigas LGBT, 68,57% responderam que não, 20,5% que sim e 10,92% afirmaram não ter amigos LGBT.

DISCUSSÃO

A partir dos dados problematizados, deu-se que a maioria dos alunos autodeclarados heterossexuais não manifesta incômodo ou hostilidade em relação a formas de sexualidade não-heteronormativas. Entretanto, diante da parcela de respondentes que declaram já ter presenciado situações LGBTfóbicas, somos levados a crer que tais violências não são relatadas como advindas dos próprios estudantes. Ainda que nossos dados não sejam conclusivos quanto a isso, há indícios de que o preconceito possa ter como ponto de partida outros setores da universidade que não os próprios estudantes.

Tal constatação pode servir como objeto de novas averiguações, pois, quanto a ambientes de escolarização, temos uma pesquisa MEC/INEP/FIPE 2009, nos revelou que os diversos públicos-alvo (diretores, professores, funcionários, alunos e pais/mães) apresentam atitudes, crenças e valores percebidos que indicam que o preconceito é uma realidade nas escolas públicas brasileiras nas sete áreas temáticas de discriminação pesquisadas (étnico-racial, de deficiência, de gênero e orientação sexual, geracional, socioeconômica e territorial). A área temática que apresentou os maiores valores para o índice ponderado percentual de

concordância com as atitudes discriminatórias foi a que exprime a discriminação em relação a gênero (38,2%), seguida pelas áreas referentes à discriminação geracional (37,9%), em relação à deficiência (32,4%), à identidade de gênero (26,1%), à socioeconômica (25,1%), à étnico-racial (22,9%) e à territorial (20,6%) (BRASIL, 2009, p. 6).

Dados ainda desta mesma pesquisa, revelaram que a distância em relação a pessoas homossexuais foi a que apresentou o maior valor para o índice percentual de distância social, com 72%, seguido da distância em relação a pessoas portadoras de deficiência mental (70,9%), ciganos (70,4%), portadores de deficiência física (61,8%), índios (61,6%), moradores da periferia e/ou de favelas (61,4%), pessoas pobres (60,8%), moradores e/ou trabalhadores de áreas rurais (56,4%) e negros (55%) (BRASIL, 2009, p. 7).

Entre os professores vitimados, os que mais sofrem os efeitos de práticas discriminatórias, de acordo com o conhecimento dos respondentes, são os professores mais velhos, os homossexuais e as mulheres, com médias de 8,9%, 8,1% e 8% respectivamente para o índice percentual de conhecimento de situações de violências.

A pergunta do instrumento que obteve 79,57% para casos em que a situação de violência presenciada não foi relatada pelo mesmo, foi composta por uma alternativa para que justificassem através de uma resposta dissertativa. Devido à natureza subjetiva das respostas, não se torna viável a mensuração destes dados sob a forma de percentual, devido a sua diversidade. No entanto, a seguir transcrevemos algumas das respostas obtidas pelos participantes:

Não achei necessário / Não é da minha conta / Prefiro não me envolver / Não percebi / Não houve gravidade no fato / Não cabe a mim / Não devo me envolver / Falta de consciência / Desconhecimento / Nunca pensei nisso / Não sei onde devo relatar a denúncia nem qual o órgão competente / Não sinto que seria ouvida / Não resolve / Creio que isso não causaria nenhuma providência / Foi uma brincadeira / Normal / Indiferença / Ele escolheu esse caminho / Apoio.

O jogo múltiplo de silenciamento das subjetividades LGBT e das violências, da confissão forçada sob o signo da humilhação, e do não-reconhecimento do preconceito como fenômeno institucionalizado reproduz o paradoxo do “armário” dentro do ambiente universitário, acabando por responsabilizar e isolar os indivíduos, dificultando a problematização do fenômeno da LGBTfobia dentro do ambiente acadêmico e a elaboração de dispositivos, espaços e ações voltadas a esta demanda, ainda mais diante das respostas afirmativas de que os LGBTs vivem sua sexualidade livremente, se sentem bem e são aceitos no meio social (NARDI et al, 2013).

Nos casos em que o respondente afirmou não ter presenciado situações LGBTfóbicas, foi solicitado que ignorassem a próxima questão, em que se indagava sobre a natureza destas. Devido a uma limitação do instrumento de pesquisa – por não ser online, devendo ser preenchido à mão – um dado acabou por revelar-se: ainda que alguns respondentes afirmaram não ter presenciado situações de LGBTfobia, muitos responderam já ter testemunhado práticas, sobretudo de piadas, comentários desqualificadores ou difamações.

Faz-se necessário atentar para a questão do teor afetivo-político dos discursos. As piadas cujo teor são os modos de vida não-heteronormativos, historicamente carregadas de sentido pejorativo, repreensivo e humilhante, atendem ao processo de perpetuação do discurso heteronormativo ainda vigente através de

[...] um conjunto multiforme de abusos de confiança violentos, de apropriação do território pessoal, de estigmatização de qualquer coisa que se afaste do modelo [...] dito correto. [...] pode agora fazer os outros sofrerem o que ele ainda tem medo de sofrer. Exorcizar o medo, agredindo o outro e gozar dos benefícios do poder sobre o outro é a máxima [...] (WELZER-LANG, 2001, p. 464).

Tendo em vista que todas as relações que se dão entre indivíduos e grupos tem caráter político, vindo a constituir-se verdadeiros campos de batalha discursivos, podem ocorrer como que a captura de arsenais de sentido e linguagem que serão utilizadas como estratégias de resistência. Nas palavras de Butler (2015):

[...] essa alteridade invasiva com o qual o corpo se depara pode ser, e com frequência é, o que anima a reação a este mundo. [...] Essas emoções, eu diria, tornam-se não apenas a sustentação, mas a própria substância da ideiação e da crítica (BUTLER, 2015, p. 58).

Não obstante a linguagem do humor e das piadas utilizadas dentro da própria comunidade LGBT poderem revestirem-se de elementos provenientes de piadas LGBTfóbicas, os dispositivos enunciadores caracterizam-se por uma assimetria de motivações e implicações político-afetivas.

A naturalização das práticas LGBTfóbicas se insere na lógica demonstrada por Welzer-Lang (2001), segundo a qual o paradigma central da heteronormatividade se dá pela exclusão de tudo que possa borrar as fronteiras entre os gêneros masculino e feminino e fugir à lógica de uma sexualidade naturalizada e considerada “normal” e desejável. De fato, é possível perceber que os efeitos da LGBTfobia podem atingir até mesmo pessoas autodeclaradas heterossexuais; como demonstrou a pesquisa, 1 em cada 5 respondentes afirmam já ter sido discriminado por ter amigos ou amigas LGBT.

Preciado (2014) defende que a (hetero)sexualidade é uma tecnologia social, que age sobre os sujeitos a fim de perpetuar e naturalizar a hierarquização e exploração de um sexo sobre outro. Para tanto, se vale de instituições e sistemas de linguagem legitimados socialmente. Muitos destes dispositivos podem ser facilmente identificados e são perpetuados pelos discursos de certas ciências e práticas arraigadas na tradição acadêmica “carregados historicamente do poder de investir um corpo como masculino ou feminino, bem como de sancionar os corpos que ameaçam a coerência do sistema sexo/gênero” (idem, p. 28-29) os patologizando e controlando. De fato, a constituição de normas sobre o dispositivo da sexualidade e seus efeitos ainda se faz presente nos discursos das instituições responsáveis pela educação, saúde e vigilância dos corpos e dos sinais destes. Tal estratégia política, que Foucault (2012) chamou de pastoreio, objetiva o domínio, através da constante sondagem e modulação dos desejos e práticas políticas dos indivíduos de uma certa população. Daí é possível vislumbrar como a LGBTfobia – sobretudo sob suas formas mais sutis, como piadas, comentários e exclusões – acabam por não serem percebidas como violentas, uma vez que estão intimamente ligadas à constituição de certas concepções naturalizadas da

realidade e de discursos sobre a sexualidade que reificam e disfarçam o lugar do privilégio ocupado pela heterossexualidade (NARDI et al, 2013; WELZER-LANG, 2001).

Analisando a afirmação de um dos respondentes da nossa pesquisa que teme sofrer “heterofobia”, podemos contemplar o método genealógico de Foucault (1979) em prática: o estabelecimento de mecanismos de defesa dos sistemas discursivos a nível micropolítico, agindo de forma que o poder seja cada vez mais invisível e disperso, ainda que não menos atuante. Quando problematiza-se os discursos hegemônicos sobre as sexualidades, que como acima demonstrado, pela própria natureza da relação saber-poder combatem e lutam pela invalidação e repressão de discursos contrários, fala-se da desestabilização dos saberes sobre os quais a sociedade ocidental se assenta. Saberes-poderes estes, que orientam a chamada civilização ocidental, os sistemas capitalísticos e dispositivos que os constituem:

O regime farmacopornográfico de sexo e gênero é o resultado da inesperada aliança entre a metafísica naturalista do dimorfismo sexual do século XIX, focada na reprodução heterossexual, e o surgimento de uma indústria médica e biotecnológica hiperconstrutivista, na qual os papéis e identidades de gênero podem ser projetados artificialmente (PRECIADO, 2013, p. 103, tradução nossa).

Não é, portanto, de se espantar que a emergência de formas e expressões das sexualidades sejam tão inquietantes e soem tão ameaçadoras diante de contextos e públicos que há tão pouco tempo encontraram-se diante das novas nuances que as sexualidades e os corpos podem assumir. Preciado (2013) assim coloca:

Discursos médicos, biológicos e políticos foram confrontados com uma variabilidade infinita de corpos e desejos (múltiplas variáveis cromossômicas, gonadais, hormonais, genitais externas, psicológicas e políticas) que não podiam ser incluídas no imperativo disciplinar da reprodução heterossexual. (PRECIADO, 2013, p. 104, tradução nossa).

Porém, estes saberes não devem ser apenas tomados sob a forma das ciências, dos discursos mais validados e inacessíveis – daí também seu caráter de uma obscuridade metafísica, internalizada e quase dogmática – ao sujeito, ao não-especialista, ea qualquer um cujos territórios de subjetivação tenham sido atravessados, mas igualmente e devido a esses ditos atravessamentos, reportar-se ao conhecimento e à cultura popular, aos costumes dos sujeitos, aos menores agenciamentos e efeitos das relações entre estes. Refere-se desta maneira, à violência naturalizada contra a população LGBT, que quando não problematizada e desconstruída, pode não ser reconhecida como tendo razões histórico-culturais e acaba por gerar os efeitos da ignorância a respeito da natureza violenta de tais situações, ou quando reconhecida a violência, não julgar necessário relatar, ou achar que não devem se envolver, ou não querer se envolver. Assim como colaborar para a perpetuação de tal fenômeno dentro e fora da universidade, por exemplo, pelo desconhecimento da existência de dispositivos de ajuda, ou a crença de que nada aconteceria a respeito de tais violências ainda que denunciadas, revelam o perigo da naturalização da violência, tornando-a imperceptível aos olhos e afetos dos respondentes heterossexuais.

Foucault (1979) parte das instâncias discursivas tratadas em sua arqueologia para descobrir nelas esse agenciamento de poder insidioso e permanente. Um poder que coage os saberes, mantendo-os em uma teia discursiva que prima pela enunciação de certos saberes e discursos em detrimento de outros. Enquanto os primeiros serão legitimados e reificados como verdadeiros, os demais, que não podem gozar do mesmo status, serão suprimidos. Nesse sentido, a produção de saberes está sempre em uma relação dialética com a desqualificação também de saberes.

Mantém-se ainda, de forma generalizada e generalista, uma formação pautada em áreas de atuação, com muita concentração de ensino teórico dialogado, com encontros previamente planejados por protocolos/dinâmicas ou cronogramas de atuação para situações ainda desconhecidas, mas que requerem um olhar sobre o território duro da formação que começa a escapar sob outras formas de se estar/fazer cursos superiores. É preciso dar materialidade a estas experimentações/vazamentos dentro de um currículo duro, para quiçá, fortalecermos currículos da diferença para a formação acadêmica:

Pensar o currículo com a diferença deleuziana é tirar o foco da identidade: tanto do pensamento identitário (que tem como critério a reunião) como do conceito de identidade (que procura o comum sobre a diversidade ou que identifica pessoas e grupos para, em seguida, agrupá-los como diferentes). Se a reunião é o critério da generalidade e da identidade, o acontecimento é o critério da diferença. Então a diferença é comportar-se em relação a algo que não tem semelhante ou equivalente. A diferença é o que vem primeiro; é o motor da criação; é a possibilidade de no meio, no espaço-entre, começar a brotar hastes de rizoma. Diz respeito àquilo que está ainda em vias de se formar: de currículos que são “realidade em potencial”, que ainda não foram formados (PARAISO, 2010, p. 592).

A universidade encontra-se no ponto em que seu papel como formadora de agentes sociais é posto em foco. Sobre tal fenômeno, nos remetemos à fala de Juliano Costa (BRAINCAST, 2019), que em consonância com o pensamento de Barreto (2016), põe em pauta que aproxima-se o momento em que as universidades terão que repensar seus paradigmas seculares enquanto apenas ofertadoras de *hardskills* (conhecimento técnico-científico) e considerar a necessidade de desenvolvimento das *softskills* (competências e habilidades relacionais, humanas etc.) em resposta às novas demandas do mundo, e como diferencial agregando valor e considerando a necessidade de elaboração de currículos humanizadores e engajados às questões sociais emergentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tradição hegemônica burguesa, branca, racionalista e atribuidora de papéis e status sociais historicamente consolidadas pelas instituições acadêmicas, não obstante as lutas da população LGBT pela inserção na universidade, ainda se mostra como forte dispositivo político de controle das subjetividades possíveis e desejáveis. Constata-se a ausência ou desconhecimento de dispositivos de apoio e espaços destinados ao atendimento da demanda apresentada, bem como a ignorância a respeito de formas mais veladas ou sutis de práticas discriminatórias

(fato apontado pelo equívoco no preenchimento do questionário), a partir do que pode-se indagar se o fenômeno da LGBTfobia tem adquirido caráter institucional dentro do ambiente acadêmico, constituindo-se uma possível demanda emergente ou latente. Tal questão pode servir como substrato para novos estudos.

O paradigma da heteronormatividade que suprime e estigmatiza as formas de sexualidade que não se conformem a esta lógica, impossibilita que a LGBTfobia – sobretudo em suas formas mais sutis e veladas, como nas piadas e difamações – adquira sentido e reconhecimento enquanto violência. A naturalização da heterossexualidade se dá pela concepção de que esta é a única forma normal e saudável de sexualidade, e fazendo com que quaisquer outras expressões do desejo passem a ser consideradas anomalias ou, na melhor das hipóteses, diferentes e apenas toleráveis (WELZER-LANG, 2001).

O fenômeno da LGBTfobia ocorrido dentro e a partir do ambiente universitário gera sofrimento psicossocial, não apenas por parte desta população, mas também por pessoas que se reconhecem heterossexuais caso osem atravessar os limites do paradigma heterossexual, o que inclui a tentativa de supressão de qualquer elemento que possa ameaçar a reiteração de tal separação. Tal violência, além de tocar em questões relacionadas à saúde, segurança, saúde mental e invisibilização dos sujeitos, pode gerar evasões acadêmicas, reproduzindo o ciclo de marginalização e estigmatização da população LGBT.

É através dos efeitos dos dispositivos políticos sobre os processos de subjetivação que entendemos a abjeção ao corpo que se apresenta como questionador da lógica heteronormativa dominante. Sua existência por si só se torna uma ameaça: ao sistema social hegemônico estabelecido, aos ideais de vida desejáveis, à estabilidade autoimposta ao desejo e aos “protocolos do prazer heterossexual” (BARRETO, 2016, p. 130).

Os dados trazidos em nossa pesquisa (onde 4,5% acham que são um desvio e devem ser curados; 1,8% não quer ter amigos LGBT na universidade), apesar de aparentemente bem menores aos de pesquisas já publicadas em ambientes escolares, como a citada anteriormente, reafirmam que a inconformidade aos padrões dominantes torna as pessoas LGBT objeto de desconfiança, algo a ser temido, evitado, aviltado, ou simplesmente ignorado, negando-lhes, assim, a legitimidade de tais formas de subjetividade e, portanto, da condição de pessoas de direitos. Outros efeitos disso se dão, por exemplo, na invisibilização, patologização e negação da humanidade de quaisquer expressões que se furtem ainda que minimamente aos padrões da heteronormatividade. Também se fazem sentir os efeitos do machismo em todos os níveis de relações sociais, desigualdade nas relações de trabalho, redução da liberdade e precarização das condições de vida em detrimento de formas privilegiadas e hierarquicamente dominantes da sexualidade (RUBIN, s.d.).

Pensar então na formação em nível universitário, demanda não mais desassociarmos a produção de subjetividades e seus agenciamentos dos dispositivos relacionais que emergem das práticas, das implicações políticas, dos saberes e das expressões de gêneros, sexualidades e prazeres constituintes nos modos de viver.

Essas reflexões e pesquisas como as que apresentamos neste artigo, de certo modo, trazem incômodos e desconfortos devido a toda contextualização histórica das ciências, mas ao mesmo tempo, fazem-se pertinentes, pois ao se tratar da

formação dentro das academias e de seus Projetos Pedagógicos, faz-se necessário pensar em que efeitos temos nos modos de viver das vidas que passam pelos processos de formação no ensino superior.

Heterosexualities and their LGBTphobic interfaces in the university

ABSTRACT

Heteronormativity and LGBTphobia are phenomena whose effects are interrelated and both can serve as maintenance devices for certain political-affective systems. The performativity of the bodies that transit through certain places can be both a device and an effect of the processes of subjectification that seek to corroborate or question the political occupation of these spaces. From a field research that investigated the visibility of LGBT lives and possible violence against them in the university environment, we sought to problematize the relationships between heteronormativity and LGBTphobia. The results point to the phenomenon of non-recognition as violence of some more subtle and veiled LGBTphobic practices such as jokes, and comments of disqualification, demonstrating a process of naturalization of such practices. The question is how the heteronormativity devices manage the pointed phenomena and the role of the university as a subjectivation territory.

KEYWORDS: Heterosexuality. University. Masculinities. LGBTphobia. Sexual devices.

Heterossexualidades y sus interfaces LGBTfobicas en la universidad

RESUMEN

La heteronormatividad y la LGBTfobiason fenómenos cuyo sefectos están interrelacionados y ambos pueden servir como dispositivos de mantenimiento para ciertos sistemas político-afectivos. La performatividad de los cuerpos que transitan por ciertos lugares puede ser tanto un dispositivo como um efecto de los procesos de subjetivación que buscan corroborar o cuestionar la ocupación política de estos espacios. A partir de una investigación de campo que investigo la visibilidad de las vidas LGBT y la posible violencia contra ellas e nel entorno universitario, buscamos problematizar las relaciones entre la heteronormatividad y la fobia LGBT. Los resultados apuntan al fenómeno del no reconocimiento como violencia de algunas prácticas LGBTfóbicas más sutiles y veladas como los chistes y los comentarios de descalificación, lo que demuestra um proceso de naturalización de tales prácticas. La pregunta es como los dispositivos de heteronormatividade manejanlos fenómenos puntiagudos y el papel de la universidad como territorio de subjetivación.

PALABRAS CLAVE: Heterossexualidad. Universidad. Masculinidades. LGBTfobia. Dispositivos de sexualidad.

NOTAS

¹ O instrumento utilizado em 2018 havia contemplado a terminologia LGBT, por isso, manteve-se neste trabalho a mesma configuração. No entanto, é de suma importância pontuar que a sigla já passou por implementações desde então, abrangendo um número maior de orientações sexuais e de gênero, e continua em constante mudança, atualizando-se a fim de atender a demanda de inclusão de mais pessoas da comunidade.

² Na pesquisa não foram especificadas identidades de gênero.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Danielle Jardim. **A (in)visibilidade dos prazeres, das sexualidades e dos gêneros e a parresia na formação queerizada em psicologia: narrativas de outras perspectivas e experiências docentes**. 2016. 213f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Estadual Paulista: Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2016.

BRAIDOTTI, Rosi. **Transposiciones: sobre la ética nómada**. Barcelona: Gedisa, 2009.

BRAINCAST: Como será a Universidade do Futuro? Carlos Merigo, Oga Mendonça, Bia Fiorotto e Juliano Costa. **B9**, 12 dez. 2019, Podcast. Disponível em: <https://www.b9.com.br/shows/braincast/braincast-342-como-sera-a-universidade-do-futuro/>. Acesso em 10 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Pesquisa sobre preconceito e discriminação no ambiente escolar: princípios resultados**. FIPE/MEC/INEP, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diversidade_apresentacao.pdf. Acesso em 14 dez. 2020.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CASTAÑEDA, Marina. **O machismo invisível**. São Paulo: A Girafa Editora, 2006.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia**, vol. 3. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Resumos dos Cursos no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970-1982. São Paulo: Loyola, 1996a.

FOUCAULT, Michel. **Las redes del poder**. Buenos Aires: Editorial Almagesto, 1996b.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos V: ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro:

Forense Universitária, 2012.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: Cartografias do desejo. 7ª Edição Revisada. Petrópolis: Vozes, 2005.

IBGE. **Portal Cidades**. Panorama das cidades. Umuarama/PR. 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/umuarama/panorama>. Acesso em 10 set. 2019.

NARDI, Henrique C. et al. O “armário” da universidade: o silêncio institucional e a violência, entre a espetacularização e a vivência cotidiana dos preconceitos sexuais e de gênero. **Teoria e Sociedade**. n. 21.2 p. 179-200, 2013. Disponível em: <http://www.teoriaesociedade.fafich.ufmg.br/index.php/rts/article/view/87/71>. Acesso em: 10 set. 2019.

PARAISO, Marlucy Alves. Diferença no currículo. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n.140, p. 587-604, ago. 2010.

PRECIADO, Beatriz Paul. **Manifesto contrassexual**. São Paulo: n-1 edições, 2014.

PRECIADO, Beatriz Paul. **Testo junkie**: sex, drugs and biopolitics in the pharmacopornographic era. New York: The Feminist Press, 2013.

RUBIN, Gayle. **Pensando sexo**: notas para uma teoria radical das políticas da sexualidade. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1229/rubin_pensando_o_sexo.pdf?sequence=1. Acesso em: 25 de mai. de 2015.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Estudos Feministas**, v. 9, n. 2, p. 460-482, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000200008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 set. 2019.

WITTIG, Monique. **El pensamiento heterosexual**. Madrid: Editorial Egales, 2006.

Recebido: 21/04/2020.

Aprovado: 28/12/2020.

DOI: 10.3895/cgt.v14n44.12040.

Como citar: BARRETO, Danielle Jardim Barreto; GENERO, Mauricio Kölln; ALVES, Gilberto; ALMEIDA JUNIOR, Claudio Leão de. Heterossexualidades e suas interfaces lgbtfóbicas na universidade. **Cad. Gên. Tecnol.**, Curitiba, v. 14, n. 44, p. 285-302, jul./dez. 2021. Disponível em:

<https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt>. Acesso em: XXX.

Correspondência:

Danielle Jardim Barreto

Rua Francisco Rodrigues Júnior, 2415, Jardim Alphaville, Umuarama, Paraná, Brasil

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

